

MARX, DELLA VOLPE E A "DIALÉTICA DO EMPIRISMO"

BENEDICTO ARTHUR SAMPAIO*
CELSO FREDERICO**

O filósofo Della Volpe, com o peso de sua indiscutível autoridade, considera que o texto juvenil de Marx, datado de 1843, os *Cadernos de Kreuznach* (que ele prefere chamar de *Crítica da filosofia hegeliana do direito público*), constitui a mais importante contribuição metodológica da juventude de Marx, a antecipação de seu método definitivo, que teria sido formulado pela primeira vez em 1857 na *Introdução à crítica da economia política*.

Pretende o autor italiano que no texto de 1843, entre críticas metodológicas não originais (porque partilhadas também por Feuerbach e pelos jovens hegelianos, voltados contra a dialética idealista), encontra-se uma contribuição inédita e fecunda: "contém as premissas básicas mais gerais do novo método" com as quais Marx desmascara as "mistificações da dialética apriorística, idealista, especulativa em geral, ou seja, as suas constitucionais petições de princípio, ou tautologias substanciais...(1)".

Na opinião de Della Volpe, Marx detectou, de inovador, que os conceitos gerais de onde Hegel "diferenciava" os fatos empíricos nada mais eram que formulações ideais elaboradas a partir desses mesmos fatos. Cita Marx: "o que é real toma-se fenômeno [da Idéia], mas a idéia não tem por conteúdo nada mais que esse fenômeno (2)".

Tratar-se-ia, a metodologia hegeliana, de uma "tautologia substancial", pois Hegel, na *Filosofia do direito* "genereciza"; o Estado moderno para, em seguida, "diferenciá-lo como se fosse uma consequência necessária (e assim se compreende que tenha sido possível a bem-conhecida exaltação e idealização da monarquia constitucional semifeudal de 1820!) [3]".

*Médico psiquiatra.

**Professor de Sociologia ECA/USP.

1. G. Della Volpe, *Rousseau e Marx. A liberdade igualitária*, Lisboa, Ed. 70, 1982, p. 134.

2. Idem, *ibidem*, p. 136.

3. Idem, *ibidem*, p. 137.

Della Volpe vê nessa crítica a um apriorismo "maroto" de Hegel a contribuição metodológica mais importante da juventude de Marx, por ser inédita e por antecipar seu método definitivo; toma-a, por isso mesmo, como a chave da boa compreensão da metodologia marxiana.

É estranha essa opinião do filósofo italiano, bem como a importância que adquiriu entre modernos estudiosos do marxismo. Primeiro, porque tal crítica não nos parece inédita e, segundo, porque só por oposição ela poderia ser vista como antecipação do método definitivo de Marx (e, neste caso, como momento de um desenvolvimento lógico contraditório de seu pensamento, à maneira hegeliana, que Della Volpe certamente repeliria).

Com efeito, era moeda corrente nos círculos políticos e filosóficos alemães da época a denúncia contra a idealização hegeliana do *status quo*, tão bem expressa na famosa sentença do prefácio da *Filosofia do direito*: "o racional é real; e o real é racional". Sobretudo a última parte da sentença, que defendia a racionalidade do real, era entendida pelos críticos de Hegel como uma justificação da realidade empírica vigente, uma justificação de toda a situação política existente.

Todavia, entendem alguns que antes de Marx as denúncias contra o conservadorismo hegeliano visavam apenas desmascarar o que era visto como uma concessão exterior do filósofo ao poder reinante, que não atingia o conteúdo intrínseco de seu pensamento ou, para usar a linguagem da época, as concessões "exotéricas" do filósofo não comprometiam o núcleo "esotérico" de sua filosofia. A crítica de Marx, ao contrário, teria sido a primeira a assinalar que a justificativa do reinante decorria da impostura inerente ao método daquela filosofia.

Lembramos, porém, no que concerne a tal prioridade, que Feuerbach em sua *Crítica da filosofia de Hegel* mostrara, quatro anos antes de Marx, que os primeiros conceitos da dialética objetiva, que se declaravam sem pressupostos, em vez de introduzirem a consciência sensível, o fenômeno, já a pressupõem neles próprios e, portanto, em lugar de virem antes na realidade empírica a sucedem. Feuerbach assim descrevera o vir-a-ser hegeliano: "o ser passa ao nada; ele se desvanece imediatamente em seu contrário", mas, pergunta Feuerbach, "desvanecer é um conceito, ou não significaria antes uma representação sensível?(4)". Vemos, assim, que os dois conceitos ditos sem pressupostos da filosofia hegeliana (Ser e Nada), em verdade, pressupõem, segundo Feuerbach, a bela representação sensível (fenomenal) do desvanecer ou, o que é o mesmo, do vir-a-ser; a imagem do fenômeno, portanto, teria precedido a fundamentação dos conceitos cuja luta pretendia tê-lo gerado. Mario Rossi e Lucio Colletti atribuem esse argumento e a grande influência que exerceu no pensamento marxiano a

4. Ludwig Feuerbach, *Manifestes philosophiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973, pp. 29-30.

Trendelenburg, embora, como estamos vendo, Feuerbach o tenha utilizado antes, além de ter sido um interlocutor explícito nas obras juvenis de Marx.

Na citação de Della Volpe, onde, segundo Marx, o Estado histórico presente ou a monarquia constitucional prussiana é "diferenciada falsamente do conceito em realidade extraído dela mesma", nada mais temos do que um caso particular da fórmula geral descrita por Feuerbach. Não obstante, o autor italiano atribuiu-a prioritariamente a Marx. Segundo Feuerbach, contudo, "Só é sistema o que é círculo que se fecha sobre si, o que não se prolonga em linha reta até o infinito, senão que ao término volta ao começo (5)".

Para Feuerbach todo "sistema" é petição de princípio, porque alienação deliberada do sujeito (e aqui vai uma formidável ironia contra Hegel), vale dizer, escamoteação deliberada pelo autor da evidência subjetiva inicial que possui, com a intenção inconfessada de exibi-la, no final, como uma surpreendente dedução ...

O "sistema" seria, por conseguinte, um estratagema metodológico expositivo:

o que devo expor formulo-o como se não existisse, faço-o nascer ante meus olhos, prescindindo do que é antes de ser exposto (6).

A exposição necessita de pensamentos que não aparecerão senão mais tarde, mas que sempre estão presentes com anterioridade no pensar (7).

Abrimos um parêntese para observar que aqui Feuerbach separa, abstratamente, começo e curso, ou seja, o pensamento e a sua exposição, esquecendo-se de que o caminho, como ensinava Antonio Machado, faz-se caminhando, e que no processo de exposição o pensamento atualiza-se, nasce de novo, vai-se configurando progressivamente para o próprio autor. Não é demais lembrar, corri o Fausto de Goethe, que também na cabeça de um autor o *princípio* de um conhecimento em exposição não é a luz do Verbo evangélico, a idéia acabada e radiosa, nem a sombra mefistofélica da Natureza, a empiria configurada, mas a Ação que, neste caso, é o próprio processo de elaboração mental em andamento.

Por separar o "pensamento" de sua exposição, Feuerbach é levado a encarar o método dialético, que é sequencial e sistemático, como o engodo de uma mediação desnecessária (a antítese) que quer passar por ser um desdobramento inerente ao conhecimento inicial. Tal mediação, tal encadeamento, seria o discurso demonstrativo (apoiado no recurso da negação dissimuladora) da intuição original empalmada que, em verdade,

5. Idem, ibidem, p. 24. Como se vê nessa passagem, Feuerbach sustenta o que Hegel denomina "mau infinito".

6. Idem, ibidem, p. 20.

7. Idem, ibidem, pp. 28-9.

teria já previamente conhecimento da realidade a ser exposta.

Note-se que para Feuerbach o núcleo do "sistema" está no próprio elemento mediador, que faz a conversão de retorno; está, portanto, no nexó dialético, na negatividade, de onde Regel "remonta" à intuição positiva inicial. Ora, como sabemos, o nada é para Feuerbach o *proton-pseudos* e, conseqüentemente, com essa sua radical rejeição da mediação, ele cancela o capítulo da Essência na lógica hegeliana, o momento especialmente racional da dialética, a sua intermediação criadora. Enquanto nos *Cadernos filosóficos* de Lenin a intenção subversiva do autor privilegia o livro da Essência como o momento mais difícil e o mais revolucionário da *Lógica* hegeliana, Feuerbach o interpreta como a passagem mistificadora por excelência. Para este último autor, a explicitação das categorias, a diferenciação da idéia original, a criação dialética são apenas uma ilusão mística (e qual a criação que não parece mística?). O sistema, desmistificado, seria um círculo vicioso, pois, ao final, nada acrescenta (8).

Como se pode ver, Feuerbach fez a crítica do "circularismo vicioso" e do apriorismo da dialética idealista bem antes do jovem Marx e - por que negar? com maior discernimento, amplitude e profundidade.

No que se refere à metodologia, nós também vimos que Marx nesse livro, ao contrário do que sustentava Della Volpe, não inova, pois apenas aplica uma vez mais a crítica geral feuerbachiana (agora centrada no Sistema de Regel) à teoria do Estado contida na *Filosofia do direito*.

Mas não é só o problema da precedência autoral que está em jogo: a questão mais importante é saber se o Marx desse tempo (apoiado, como o comprovamos, em Feuerbach) antecipa deveras o seu método definitivo.

De nossa parte acreditamos, e nisso não somos nada originais, que quando em sua crítica ao idealismo toma o "sujeito social" como um *ente material* e, portanto, de existência objetiva (e não, como quer Regel, como uma *idéia* de existência objetiva), antecipa de fato sua metodologia futura. Quando, porém, toma o mesmo sujeito social (tal qual Feuerbach) como um "ente individual empírico", opõe-se à metodologia de suas obras de maturidade. Em outras palavras: antecipa enquanto crítico do idealismo, desvia-se enquanto apologista do empirismo.

É bom lembrar que por essa época não só Stirner, com o anarquismo de seu *Único*, mas todos os demais jovens-hegelianos (entre eles Marx) concebiam o homem individual ("o ente individual empírico") como fundamento ontológico da realidade social, e tomavam as mediações interindividuais e, conseqüentemente, o

8. o reencontro proustiano do tempo perdido como realização de vida do personagem narrador e realização da obra do próprio autor teria sido classificado por Feuerbach como um mero exercício giratório em torno de um quarto de hotel...

conjunto também, como categorias subjetivas abstratas. A opinião crítica, um pouco posterior, do próprio Marx sobre essa questão confirma esta interpretação. Reportemo-nos àquele conhecido trecho da *Ideologia alemã*, que zomba dessa visão dos jovens-hegelianos (embora tal obra não esteja livre dela), assegurando que a eles bastaria mudar a consciência dos indivíduos para revogar os limites e as relações humanas, já que estes não passariam de produções mentais desprovidas de existência real.

Entenda-se que nessa passagem a crítica ao idealismo associa-se à do nominalismo, que não quer aceitar a realidade das relações sociais expressas nos conceitos. O nominalismo caracterizava-os todos, e por esta razão, na opinião do Marx de dois anos depois (que ainda se assumia sob esse rótulo), podia ser incluída entre os representantes de uma "primeira expressão do materialismo", aquela que restringe a realidade material às coisas particulares. A afirmação está no livro *A sagrada família*: "O nominalismo se encontra como elemento principal nos materialistas ingleses e é, em geral, a *primeira expressão do materialismo* (9)".

Por esse motivo concluímos nós: só como "primeira expressão", como rudimento, seria possível encadear o método da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* à dialética materialista de *O capital*, como pretende Della Volpe.

O mais surpreendente é que justamente na valorização do ser empírico particular e na contestação do *todo* como base do processo de conhecimento é que o autor da *Lógica como ciência positiva* encontra o lado científico do futuro método marxista e de onde, aliás, o deriva para a tradição galileana. De acordo com e na "boa" companhia do empirismo inglês, fica assim consagrado por Della Volpe como definitivo do método marxista o caráter nominalista, que Marx em *A sagrada família* atribuía ao precário "materialismo de primeira expressão".

Della Volpe, alinhando-se um século depois a Feuerbach contra a "especulação" e a favor do "entendimento", assegura, como norma quase moral, o "escrúpulo" do cientista de "proceder do particular para o geral (10)". E, contrapondo-se agora a Feuerbach, reintroduz a dialética, chamando-a de científica. Esta, a "dialética científica", é configurada por ele num círculo; "círculo concreto-abstrato-concreto ou círculo de matéria e razão ou de indução-dedução (11)". Observe-se que o "concreto", o "material" e a "indução" encontram-se de um mesmo lado de seu esquema (C), o que nos leva a crer que a coisa particular (o objeto da indução) é que seria o concreto, o material e, inversamente, o universal, bem no espírito do

9. Karl Marx, *La sagrada familia*, Buenos Aires, Claridad, 2ª ed., 197 I, p. 149, grifos nossos. 10.

10. Della Volpe, op. cit., p. 153.

11. Idem, ibidem, p. 163.

nominalismo, seria o abstrato, a razão, a dedução.

Estranho círculo este do C-A-C: sem dúvida, ele é um círculo, tal qual o do sistema hegeliano, que, a bem do "entendimento", fora contestado por Feuerbach com a aprovação de nosso Marx de 1843 e, do qual, aliás, Della Volpe gaba-se de derivar seu método!

É certo que o autor italiano declara em sua defesa que seu círculo dialético seria virtuoso, diferindo em essência do círculo vicioso hegeliano, exatamente por ser aberto e não se alimentar de si mesmo. Mas é também verdade que Regel considerava distintos a idéia-objetiva e o conhecimento subjetivo desdobrado dela. A guiarnos pela opinião de cada um, não encontraríamos na abertura para fora do sistema, na objetividade (da coisa dellavolpeana ou da idéia hegeliana), discordância entre os dois, pois ambos a defendem. A discordância decorre, em nossa opinião, primeiro do materialismo de Della Volpe, e, segundo, da introdução da indução no círculo metodológico, realizada por este autor, isto é, da passagem dos fatos particulares ao universal e, portanto, da inversão do sentido clássico da corrente dialética. (Em Regel, como se sabe, o todo é real, antecipa-se e sobrepõe-se às partes.) A chamada dialética científica de Della Volpe, enquanto quer proceder do particular para o geral, teria assim com certeza o apoio da visão naturalista de Feuerbach e até mesmo o *imprimatur* do jovem Marx de 43, caso Della Volpe fosse mais radical e abdicasse do primeiro termo de sua denominação, isto é, da própria dialética. Neste ponto, Lucio Colletti ao rejeitar a dialética é mais coerente que seu mestre Della Volpe (12).

Com efeito, justamente na passagem sobre o "método da economia política" da *Introdução* de 1857, em que Della Volpe quer se basear, pois crê que ali tenha sido elaborado pela primeira vez o método marxista definitivo, Marx propõe que se comece pela "realidade concreta", ou, como diz, pela *unidade de diversos*, o "verdadeiro ponto de partida", "da intuição e da representação".

12. Para comprovar a tese de que a ciência e a dialética marxistas procedem do particular para o geral, lembra Della Volpe a advertência de Marx, no prefácio de 1859 da *Crítica da economia política*, que suprimia do livro a introdução de 1857, por ser esta o esboço de uma introdução geral, e o leitor "deve resolver-se a remontar do particular para o geral". Mesmo sem indagarmos a respeito do sentido de *remontar* (que não é igual a partir), à advertência de Marx poderia ser aplicada, sem dúvida, a dura crítica de Feuerbach ao sistema de Hegel. Neste último caso, o particular, o fenômeno inicial colhido pela consciência sensível, era escamoteado, segundo Feuerbach, a bem do sucesso da exposição. No Marx de 1859, a visão geral, a *Introdução*, é suprimida a bem da exposição didática, ou, nas palavras de Marx, a bem do leitor. Em ambos os casos, sonega-se um conhecimento prévio para que ele se mostre no fim, enganosa ou pedagogicamente, como um resultado ou uma descoberta do leitor. Não há razão para se tomar toda e qualquer decisão ou indecisão de Marx, como prova e sentido de suas opiniões verdadeiras.

É inegável, no transcrito, que o ponto de onde se parte, a realidade que se quer conhecer (o que seria o primeiro C do círculo dellavolpeano) é postulado por Marx nesse trabalho como um universal-concreto (a *unidade-de-diversos*), como um todo complexo, e não como um fato ou acontecimento particular ou individual.

Quanto ao trabalho subjetivo propriamente dito, isto é, quanto à sucessão das figuras do conhecimento no interior da consciência ou da história da ciência, Marx propõe a seguinte trajetória:

... do concreto representado [a primeira figura imaginária desse trajeto fenomenológico] chegaria a representações cada vez mais sutis [...]. Chegado a este ponto, teria de empreender a viagem de retorno, até dar de novo com a população [representada], mas desta vez não teria uma representação caótica de um conjunto, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações (13).

Ou, ainda, descrevendo a mesma operação na história da economia política:

o primeiro caminho é o que seguiu historicamente a economia nascente [...].

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivente, a população, a nação [começam, portanto, por uma representação mal compreendida, mal-estruturada do objeto, do "todo vivente real"] [...] mas terminam sempre por descobrir mediante a análise de um certo número de relações gerais *abstratas* [o grifo é nosso] [...] uma vez que esses momentos foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram [a surgir] os sistemas econômicos que se elevaram desde o simples [...] até [...]. Este último [caminho] é manifestamente o método científico correto.(14).

Temos, na metodologia esboçada na *Introdução* de 1857, a presença de três totalidades sucessivas.

A primeira é a realidade social concreta, externa, tomada hegelianamente, como um universal-concreto (a "unidade-de-diversos"; "o verdadeiro ponto de partida da intuição e da representação"), que poderíamos chamar de *totalidade objeto-do-conhecimento*. Trata-se, pois, de um "ponto de partida", de um *todo* real cujas partes, assim o entendemos, são captáveis "como ponto de partida" pela intuição (sensorial), o que implica tratar-se de uma realidade universal material e não de uma realidade universal ideal, de uma Idéia (a intuição sensível não captaria uma idéia). Pela presença da intuição sensorial define-se, pois, uma concepção materialista oposta à de Hegel. Mas, enquanto realidade

13. Karl Marx, *Elementosfundamentales para la crítica de la economia política*, Buenos Aires, Siglo XXI, p. 21. As explicações incluídas nos colchetes são nossas.

14. Idem, ibidem, p. 21.

universal, sua universalidade não pode ser apreendida por meio de uma intuição sensorial, não pode ser dada empiricamente, sendo por isso, em seu *todo*, apreensível somente através de uma *reflexão ativa*, "produzida" pela consciência do cientista, a qual, no primeiro passo (momento) é ainda simples *representação* do objeto (o concreto representado). Caracteriza-se, dessa forma, uma concepção materialista, porém não mais sensualista e, por essa razão, oposta à de Feuerbach e à do Marx de 1843.

Esta segunda totalidade, construída pela reflexão, reproduz a unidade real exterior numa apresentação preliminar consciente, na forma de uma representação ideal, embora mal-estruturada, do conjunto real externo, a qual gostaríamos de chamar *totalidade-representação*.

A terceira totalidade constitui a síntese mental dos múltiplos elementos abstratos isolados pela "análise" da totalidade-representação, formando os sistemas econômicos, e que chamaríamos de *totalidade-conceito*.

O momento da *particularidade*, da análise, segundo o expresso no texto, situa-se portanto não no começo do processo cognitivo, como quer Della Volpe, mas entre duas formas globais (totalidade-representação e totalidade-conceito) elaboradas pelo trabalho da consciência. A afirmação de Marx, no texto, de que é "nas relações gerais abstratas" que começa "manifestamente" o "método científico correto" dos modernos "sistemas econômicos", deve ser entendida no sentido de que, para ele como para Hegel, o método científico correto é conceitual e, por isso, a ciência começa "manifestamente" na síntese conceitual das relações abstratas obtidas pela análise. Antes disso, estaríamos lidando com conhecimentos potencialmente científicos, mas ainda não "manifestamente" científicos; estaríamos tão-só na "economia política nascente". As particularidades (abstratas), isoladas pela *análise*, estariam, pois, não propriamente no começo do saber científico, como os situa Della Volpe, mas no meio de sua trajetória histórica. Em nenhum momento Marx, nesse texto, propõe que se parta da particularidade concreta (do C de Della Volpe), como prescreve a chamada dialética científica positiva (15). O conhecimento, para Marx, começa seja de uma totalidade concreta material e objetiva, seja na forma da representação dessa totalidade (se nos ativermos ao curso propriamente fenomenológico do conhecimento), ou ainda, quando "manifestamente científico", de relações ou determinações particulares *abstratas*, ou sutis, como diz o texto, porém jamais concretas como quer Della Volpe. Os dados empíricos, intuídos, aportados da totalidade real, são, nem é preciso

15. Também para Cerroni o texto de 1843 "abriu de fato ao reconhecimento dos estudiosos [...] a formulação da instância de uma mediação científica do particular ou sensível para a fundação de uma ciência positiva da sociedade ... ". Cf. Umberto Cerroni, *Marx e il diritto moderno*, Roma, Editori Riuniti, p. 118.

insistir, visões incompletas, parciais, desta realidade.¹⁶

Por outro lado, o círculo C-A -C da chamada dialética científica simplifica o segmento "abstrato" do modelo meto do lógico marxiano de 1857, reduzindo a um único momento - A - dois momentos descritos expressamente por Marx: o da representação e o da análise (da mediação particular).

Por último, não fica claro se o seu momento final C é um resultado ideal ou uma coisa material, um conceito ou um artefato produzido fora da consciência, e, por conseguinte, não fica claro, ao final, se essa metodologia aplica-se ao conhecimento teórico puro ou inclui a atividade prática.

O texto de Marx, onde tal metodologia diz expressamente amparar-se, propõe um método para uma ciência teórica, a economia política, para um "tempo em que o cérebro se comporte unicamente de maneira especulativa ... ", e não propriamente para um processo em que a prática material sirva diretamente de critério de comprovação. Nesse texto de Marx, o que seria o primeiro C dellavolpeano, isto é, o objeto real da pesquisa, o conjunto social real, historicamente determinado, a totalidade-objeto, que economia política quer compreender e exprimir com seus conceitos e suas idéias, é o resultado de uma prática (objetiva, histórica) e não o C final. Começa, pois, o método proposto em 1857 por uma multiplicidade de seres já unificados objetivamente pela prática social (unidade de diversos), e não por elementos isolados; por particularidades empíricas, e termina por um conceito, e não por um artefato material.

Marx nessa passagem, ao contrário do que pretende Della Volpe, afasta-se indiscutivelmente de suas posições de 1843 e aproxima-se, sobretudo quando enfoca as transformações no interior da consciência ou na história da ciência, do modelo hegeliano, ou seja, utiliza-se deste quando estuda o desenvolvimento das categorias de um pensamento historicamente articulado, o pensamento científico da economia política. Os conceitos da *dialética idealista objetiva* aplicam-se, sem precisar ser repostos de cabeça para cima, a esse tipo de objeto ideal, pelo menos enquanto se permanece na pura descrição fenomenológica de sua evolução, abstraídas as condições materiais que exprimem.

De acordo com o texto, e numa linha claramente hegeliana, tal evolução do *pensamento* econômico exposta na hipótese de Marx poderia ser resumida assim: uma forma pobremente fundada de representação ideal da realidade, analisada e esclarecida, manifesta ao final seu objeto, isto é, a realidade estruturada num conceito. Não se trata, portanto, de uma hipótese, como no método de Galileu, que Della Volpe quer associar ao de Marx,

16. Para Della Volpe, o termo *concreto* contém uma ambigüidade, pois significa *sensível* e *real*, que, para um empiricista, se equivalem. Particular-concreto e particular-sensível são para ele equivalentes a ser-real.

pois uma hipótese não se esclarece, mas se comprova (17). (Não se pode, todavia, negar que o "concreto representado" tem muito de uma formulação hipotética espontânea, enquanto construção mental.) A figura final, a totalidade-conceito, não resulta, portanto, diretamente de uma metamorfose da totalidade-objeto, da realidade externa; não é deduzida desta, como parece crer Della Volpe. As transformações dialéticas, metamórficas, de mesma essência, limitam-se nesta descrição ao aspecto subjetivo, e o conceito final reorganiza apenas, mediante o trabalho abstrato da análise, a representação global preliminar do sujeito. Nada indica que com esse método teórico a economia política alcance em seus conceitos um saber absoluto da realidade. Marx sugere apenas, tal como Lenin em *Materialismo e empirocriticismo*, que a distância entre o ser e o conhecer teórico diminui, mas não se anula, como assegura a dialética idealista, para a qual ser e conhecer compartilham da mesma essência, e podem, por isto, derivar um do outro. É o que também parece sugerir o materialista Della Volpe ao colocar o começo (externo) e o término de seu círculo sistemático articulados dentro da consciência pela abstração (A), numa linha contínua, como se os três momentos tivessem uma natureza homogênea. Não obstante, Marx adverte:

o todo, tal como aparece na mente como todo do pensamento, é um produto da mente que pensa [O sujeito real [totalidade-objeto] mantém, antes como depois, sua autonomia fora da mente, pelo menos durante o tempo em que o cérebro se comporte unicamente de maneira especulativa, teórica (18).

Esse "sujeito real" só se modifica pelo comportamento "de todos os cérebros", pela prática social que seria o critério "final" da certeza, e de nenhum modo pela ação da pesquisa de um cientista.

O partir de uma totalidade material, autônoma em relação à consciência, como propõe aí o Marx de 1857, corrigindo a sua posição juvenil, não implica, como acreditavam Feuerbach e Della Volpe, uma dedução apriorística de conclusão tautológica e é, além disso, sem dúvida, o que garante ao método uma qualificação científica. Um dos primeiros marxistas a chamar a atenção do domínio metodológico da totalidade sobre os momentos singulares foi G. Lukács que, desde *História e consciência de classe*, publicada em 1923, até a recente *Ontologia do ser social*, insistiu nessa forma de união do particular e do universal como herança hegeliana presente nas obras de maturidade de Karl Marx:

A categoria da totalidade, o domínio geral e determinante do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx tomou de Hegel e transformou de maneira original para fazer dele o fundamento de uma nova ciência (19).

17. G. Della Volpe, op. cit., p. 165.

18. Karl Marx, op. cit., p. 22.

19. G. Lukács, *História y consciencia de clase*, México, Grijalbo, 1969, p. 29.

SAMPAIO, Benedicto Arthur; FREDERICO, Celso. Marx, Della Volpe e a “dialética do empirismo”. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.70-79.

Palavras-chave: Marx; Della Volpe; Dialética; Empirismo.